



INSTITUTO DE HUMANIDADES -IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

ELIZANDRO FERNANDINHO CÓ

**A IDENTIDADE EM TELA: O PAPEL DA TELEVISÃO PÚBLICA DA GUINÉ-
BISSAU (TGB) NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL**

ACARAPE

2019



INSTITUTO DE HUMANIDADES -IH

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

ELIZANDRO FERNANDINHO CÓ

**A IDENTIDADE EM TELA: O PAPEL DA TELEVISÃO PÚBLICA DA GUINÉ-
BISSAU (TGB) NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto do curso de Bacharelado em Humanidade da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião André de Lima Filho

ACARAPE

2019

ELIZANDRO FERNANDINHO CÓ

**A IDENTIDADE EM TELA: O PAPEL DA TELEVISÃO PÚBLICA DA GUINÉ-
BISSAU (TGB) NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 20 de Agosto de 2019

BANCA EXAMINADORA

Orientador presidente: Prof. Dr. Sebastião André de Lima Filho (UNILAB)

Examinador interno: Prof. Dr. Carlos Subuhana (UNILAB)

Examinador interno: Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (UNILAB)

LISTA DE SIGLAS

PAIGC – Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-

Verde TGB – Televisão da Guiné- Bissau

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	5
2. JUSTIFICATIVA.....	8
3. OBJETIVOS	10
3.1 Objetivo geral	10
3.2 Objetivos específicos	10
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
4.1 Conceito de Identidade	11
4.2 Conceito de Nação	12
4.3 Conceito da Identidade Nacional	15
4.4 Construção da Nação e Identidade Nacional Guineense	16
4.5 Estado em quanto impulsionador da Identidade Nacional Guineense.....	20
4.6 Mídia Na Construção De Identidade Nacional Guineense	22
4.7 Televisão da Guiné-Bissau.....	25
5. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O presente estudo versa sobre o papel da televisão de Guiné-Bissau (TGB) na construção da identidade nacional, uma das problemáticas pouco discutida e enfatizada pelos teóricos e acadêmicos nacionais da Guiné-Bissau, sendo um país que, do ponto de vista histórico e social, é constituído por uma grande diversidade cultural, na qual estão inseridas várias etnias espalhadas por todo país. Dada essa diversidade cada etnia possui normas e costumes específicos, bem como a sua própria língua. No entanto, o surgimento de Estado moderno nos proporcionou uma nova configuração social na qual fomos confrontados com o desafio de identificarmo-nos como indivíduos pertencentes a uma nação. A noção que temos sobre a identidade nacional é um pouco ampla; entretanto, procuramos fazer a sua delimitação teórica aqui. Sendo assim, partimos da perspectiva daquilo que é projetada pelo Estado por meio dos seus órgãos midiáticos, particularmente a Televisão da Guiné-Bissau, como elemento que pressupõe contribuir para unificação da sociedade guineense.

Como observam Brittos & Gastaldo (2006, p.126), “na nossa sociedade, o poder de definição da realidade presente no ato de enunciação está em grande parte localizado no discurso da mídia, de um modo mais sutil e simbólico no discurso publicitário e de um modo mais explícito no chamado discurso jornalístico”.

Nessa linha do raciocínio, percebe-se que a comunicação de massa é um dos meios com o poder de criação ou definição de imagens para sua transmissão ao público espectador; considerando que não podemos abordar a comunicação social na sua plenitude, propomos restringir o nosso enfoque teórico na busca de compreender o papel que a emissora televisiva pública da Guiné-Bissau (TGB) tem na edificação de identidade nacional guineense, uma vez que ela dispõe de uma responsabilidade imprescindível no cumprimento de necessidade de seus interlocutores. Contudo, do nosso ponto de vista, o Estado pós-independência carece de ideologias políticas para continuação do projeto de nação guineense idealizado na luta de libertação, uma vez que o jogo político é centrado na conquista, na dominação e manipulação desse meio para os fins de propaganda política pelo partido que se encontra no poder. Nessas circunstâncias, torna-se evidente a fragilidade desta instituição televisiva, que ainda é tida como a única pública do país; ela apresenta grandes insuficiências em termos de funcionamento, devido à fraca atenção do Estado, levando à carência de materiais ou equipamentos para atender às demandas de toda população guineense. Em razão destas afirmações propomos problematizar o seguinte: A que se deve a criação de TGB? Será que tem respondido

positivamente as expectativas de sua criação? Quais programas da TGB atuam na perspectiva de difusão da identidade nacional? Qual o posicionamento do Estado no âmbito cultural para com a promoção da identidade nacional na TGB? Quais os impactos dos programas promovidos pela TGB na vida dos seus consumidores na perspectiva da projeção cultural? Antes de entrar na discussão desses assuntos gostaríamos de fazer uma breve contextualização histórica e socio-cultural da Guiné-Bissau.

O território guineense localiza-se geograficamente na Costa Ocidental da África, faz fronteira com dois países: tendo o Senegal ao Norte, a Guiné Conacri ao Sul e Leste e a Oeste com o Oceano Atlântico que banha toda a sua extensão ocidental. Contém uma área superficial terrestre de 36.125 km², sendo a superfície habitável de 24.800 km². Além da parte continental, o país é constituído por parte insular, em que tem o arquipélago dos Bijagó, com mais de 80 ilhas separado do continente pelos diversos canais (AUGEL, 2007).

Segundo Augel (2007), antes da colonização o território que hoje é conhecido como República da Guiné-Bissau era parte do reino dos mandingas vindos do alto Níger, os quais constituíram o império do Mali e estendiam-se por uma imensa área na parte ocidental interior africana liderados por um dos últimos imperadores Kankou Moussa, famoso pelo seu poder de riqueza; o Império de Mali era estreitamente ligado ao de Kaabú.

Devido às mudanças históricas verificadas no âmbito político interno e externo, houve novas dinâmicas demarcadas pelas eras de novo mundo com “descobrimientos” advindos do ocidente, o que resultou no processo de colonização do continente africano, pelo qual a Guiné-Bissau passou. Assim sendo, a colonialismo da versão portuguesa ficou presente ao longo do tempo no país, e hoje não há mecanismos pelos quais se pode desassociar a história tanto da antiga Senegâmbia quanto do colonialismo com relação às dinâmicas sócio-políticas que vem ocorrendo nos dias atuais no país.

No que diz respeito às independências dos países africanos, em particular a da Guiné-Bissau, Moema Parente Augel (2007) esclarece que o país auto proclamou unilateralmente sua independência a 24 de setembro de 1973, após uma luta armada conduzida pelo Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), que durou cerca de onze anos, iniciada em 1963. Em 10 de setembro de 1974, foi reconhecida oficialmente pelo governo português como um Estado independente e soberano.

Em seguida, estabeleceu-se uma nova era da estrutura organizacional dando início ao novo Estado que tem como objetivo controlar a sociedade e promover a economia e a cultura guineense através de um modelo de organização política liderado por um partido único. Trata-se neste caso do partido africano da independência de Guine e Cabo Verde (PAIGC). No que se

refere à questão cultural, como havia referido o país é constituído por vários grupos étnicos o que justifica a sua heterogeneidade cultural.

Nesta tónica, Augel (2007) afirma que a quantificação dos grupos étnicos carece de unanimidade no seio dos autores devido ao próprio critério de avaliação que difere bastante. Esses grupos étnicos encontravam-se espalhados por todo território nacional antes da chegada dos portugueses resultado dos conflitos e dos processos migratórios.

Tendo em vista a preocupação que se levanta em torno da problemática da diversidade cultural dos grupos étnicos guineenses perante as novas formas de sobrevivência permeadas pela lógica moderna de globalização e do capitalismo onde o papel da mídia na difusão de informação torna muito significativo para a configuração das relações locais e até internacionais e ainda, devido à grande mistura que se observa entre estes grupos étnicos no território da Guiné-Bissau, principalmente na capital, Bissau, coloca-se em questão: como a mídia guineense atende essa diversidade?

Essa preocupação nos autoriza a investigar o papel que a comunicação social, através da mídia televisiva, tem desempenhado na construção da identidade nacional guineense, levando em consideração a heterogeneidade étnica e cultural vigente no país. Neste sentido, a pesquisa será dividida em três momentos que constituem o marco histórico compreendido neste trabalho, englobando os seguintes períodos: luta de libertação nacional de 1963 à 1973, momentos pós-independência do regime do partido único de 1974 a 1991 e o último momento aborda o período de abertura ao multipartidarismo de 1991 ao dias atuais, que será o momento crucial de análise do nosso trabalho. Embora tendo consciência de que esse marco histórico não corresponda essencialmente com o advento do nosso objeto de pesquisa, mas compreendemos que o período proposto pode ser um ponto de partida para entendermos a identidade Bissau-guineense, por isso, revisitaremos o papel dos meios de comunicação social antecedentes ao nosso foco, como elementos que fizeram parte desse processo.

Sendo assim, convém definirmos alguns conceitos norteadoras que englobam a nossa pesquisa, dando assim a margem do entendimento para uma melhor compreensão do assunto auxiliando-se no suporte teórico-conceitual sobretudo dos temas como: nação, identidades nacionais, Estado e conseqüentemente os meios de comunicação social, nos quais centramos o nosso foco na televisão nacional da Guiné-Bissau (TGB). Mas antes de abordarmos sobre a televisão, traremos em síntese outros órgãos midiático nacional que consideramos serem muito fundamentais no jogo ideológico de propaganda na luta de libertação nacional no caso, a rádio de libertação e jornal libertação, nesse processo inicial da construção da unidade nacional, e conseqüente a identidade nacional que foram antecedentes a TGB.

2 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo presente tema surgiu na tentativa de elaborar um projeto de pesquisa, para o cumprimento das exigências curriculares proposto pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que visa me atribuir o título de Bacharel em Humanidades. Nesta circunstância, apareceu a ideia de encontrar problemas ou objeto de pesquisa que suscitem o nosso interesse, assim, considerando que, na Guiné-Bissau há pouca produção acadêmica atrelada à questão do papel de comunicação social guineense, isso constitui um fato imperativo para mim relativamente a uma necessidade de efetuar uma produção endógena voltada ao meu país com o propósito de dar o meu contributo na área de produção acadêmica, compreendendo assim as deficiências em termos de produção no campo teórico, político, social e cultural. No entanto, como observa Augel (2009) a identidade nacional guineense ainda não se consolida, uma vez que, existe um grau indissociável de pertencimento dos indivíduos com seu grupo étnico mais do que a própria “nação”. Sendo assim, a comunicação social mereceu a nossa atenção central por considerarmos um elemento relevante que possa desempenhar um papel significativo na construção identitária guineense. Neste sentido, acreditamos que ela se difunde e tenta construir objetivamente a imagem de uma nação e/ou de uma comunidade seja ela de maior ou menor estrutura como é o caso da Guiné-Bissau. Do mesmo modo, no caso particular, centraliza-se a nossa preocupação em refletirmos sobre o papel da televisão pública nacional da Guiné-Bissau na construção da identidade nacional.

O referido objeto selecionado é particularmente significativo, não só porque aglutina uma série de episódios relevantes, uma vez que a abordagem deste assunto na Guiné-Bissau não é tão enfatizada pela classe dominante, mas também é de conhecimento da maioria dos pesquisadores sociais e da sociedade guineense em geral de que a comunicação social tem desempenhado um papel relevante na configuração da nacionalidade, e essa problemática da identidade nacional e do espírito nacionalista devem ser realçadas de modo que permitam a consolidação do Estado Nacional na Guiné-Bissau. No entanto, sendo um elemento capaz de moldar a sociedade, direcionando-a tanto para o bem como também para o mal, pode ser um problema na medida em que na sua relação com o indivíduo é uma simuladora de ordem representativa, que faz com que o telespectador se identifique com as imagens oferecidas e se adapte ao modelo do sistema em questão e, quando a mídia não consegue produzir a imagem auditiva geradora da unificação, pode provocar uma desintegração no seio dos seus interlocutores. A nossa inquietação para com a TGB vem no sentido de constatar, mediante a

diversidade étnica existente na Guiné-Bissau, qual o papel deste órgão na transmissão da imagem projetada pelo Estado na construção da identidade nacional para com sua população? Considerando que a maioria dos grupos étnicos se encontram nas zonas rurais do país, como é que essa ideia de unidade nacional chega para a população dessas zonas? De certa forma pode jogar um importante papel de influência na consolidação da identidade nacional guineense, ao mesmo tempo que pode ser um elemento de distribuição da ideia de unidade para a construção de uma identidade nacional. Sendo assim, cientes de que esta pesquisa contribuirá certamente da melhor forma associando-se com outras que já foram realizadas e congregando os esforços para elevação identitária.

Com isso, este projeto justifica-se em três grandes dimensões importantes: acadêmico, social e político. Quanto ao âmbito político, espera-se que esta futura pesquisa possa possibilitar novas visões e que desperte atenção dos representantes do Estado, isto é, os governantes no sentido de darem mais precaução para o melhoramento da condição e do funcionamento desta instituição televisiva para que possa prestar a boa qualidade de serviço para a população consumidora..

No que tange ao aspecto social, nota-se que este trabalho pode proporcionar uma visão crítica sobre o papel da mídia na formação da identidade nacional, conscientizando a sociedade sobre a importância da TGB para vida social. Por um lado, pretende-se que a sociedade ganhe a consciência sobre a função de mídia como um meio que produz subjetividades e não com um simples meio de entretenimento e compreender os seus reflexos na transmissão da realidade social do país, sobretudo em relação à ideia da construção da identidade nacional, possibilitando assim a adoção de novas conexões interativas entre a sociedade e a televisão. No que se refere à sua contribuição no âmbito acadêmico, almeja-se que o trabalho sirva de base para o embasamento teórico na construção de futuras pesquisas voltadas a essa temática e, por conseguinte, que se torne útil para o debate acadêmico, as conferências e palestras tanto a nível nacional quanto internacional.

Para isso, espera-se que esse trabalho possa trazer profundas reflexões sobre a comunicação midiática na Guiné-Bissau, sobretudo da TGB, não só pelos elogios mas também da forma crítica como estes são usados. Assim, possa contribuir e proporcionar grandes mudanças para a melhoria do seu funcionamento e a sua relação com a sociedade.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compreender o papel da televisão pública da Guiné-Bissau na construção e projeção cultural da identidade nacional a partir dos seus programas televisivos.

3.2 Objetivos específicos

- Entender o papel das redes televisivas na construção das identidades nacionais.
- Analisar o histórico do surgimento da TGB: quando surgiu, quem a criou e por que criou?
- Analisar os programas culturais que a TGB tem promovido e os seus impactos na sociedade guineense
- Compreender as políticas públicas do Estado no campo da cultura para a projeção da identidade nacional.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao centrarmos nossa reflexão sobre a construção da identidade nacional a partir da mídia televisiva, significa que encontramos no potencial dessa ferramenta poderosa um papel de suma importância na consolidação da identidade nacional guineense. Sendo assim, antes de entrarmos no nosso foco de pesquisa, seria fundamental e necessário conceituar alguns termos que englobam a noção da identidade nacional como meio imprescindível para a sua compreensão. Neste sentido, a questão da identidade nacional ainda se encontra em debate no seio dos teóricos nacionais guineenses, procuraremos trazer entendimentos mais gerais sobre os conceitos aqui propostos, tais como: identidade/nacional, Nação, Estado e comunicação social (mídia), sendo este último o principal ponto da nossa análise. Assim sendo, iniciaremos o nosso debate teórico com a noção da identidade.

4.1 Conceito de Identidade

Sendo uma discussão marcada pelas muitas discrepâncias, a temática de identidade nacional tem gerado divergências e discussões entre os cientistas sociais quanto à sua conceituação. A noção da identidade no sentido mais amplo reverbera envolta do sentimento coletivo de pertença que faz os indivíduos a se identificarem como membros pertencentes a um determinado grupo ou seguimentos sociais numa determinada sociedade. Estas condições são necessárias enquanto elemento que possibilita a percepção da pluriversalidade dos diferentes marcadores identitários que proporciona as diferenciações das culturas umas das outras.

Soava correto imaginar que na perspectiva teórica o conceito da identidade se define como um discurso que socialmente é construído e carregado de representações e significações que vêm atribuindo diferentes marcadores de pertença a um determinado indivíduo e/ou grupo social coletivo. Como observa Kobena Mercer (1990 *apud* STUART HALL, 2006) ao salientar que “a identidade só se torna uma questão quando está em crise quando algo que se põe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e incerteza”. Mediante essas transformações muitos se colocam em questionamento sobre a identidade.

Na perspectiva de Stuart Hall (2006), não existe uma definição fixa sobre a identidade, mas para ele, é possível a sua compreensão assegurando-se nos períodos que os difere ao longo dos tempos. Assim sendo, para o autor, a definição assenta em três concepções nas quais identifica-se: o sujeito iluminista, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

[...] o sujeito iluminista tinha uma concepção individualista da sua identidade totalmente centrado e unificado ou seja aquele que tem a sua identidade inalterada [...] o sujeito sociólogo é aquele que percebe que sua identidade resulta da interação com a sociedade, o que significa tem a concepção do seu lado interior e do seu exterior [...] o sujeito pós-moderno é caracterizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Isto é, é composta de várias identidades (HALL,2006 p.10-12-13).

Ainda, o pesquisador enfatiza que as identidades estão em constante formação e transformação num processo de deslocamento contínuo em relação à forma pela qual fomos interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Isto significa que as mudanças na sociedade moderna permitem a negociação da identidade dado que este não se encontra mais centrada ou totalizada, ela está fragmentada.

No mesmo enfoque teórico, Zygmunt Bauman (2005) considera que a problemática da identidade exige uma redefinição nos termos do seu entendimento, pois à medida que nos depararmos com a incerteza e a insegurança na “modernidade líquida”, as nossas identidades sofrem um processo contínuo de transformação. Portanto,

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age- e a determinação de se manter firme a tudo isso- são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para ‘identidade’ (BAUMAN, 2005, p.17).

Com isso, o autor quer se distanciar da lógica tradicional de observar a identidade como algo inegociável, porque isso não corresponde com realidade, sendo assim, a modernidade líquida em movimento permite-nos adquirir outras identidades até que elas fiquem controversos, e deste modo, as identidades ganham livre curso e cabe ao indivíduo refletir e definir o que lhe caberia.

4.2 Conceito de Nação

Várias são as interpretações ao longo dos tempos sobre o conceito de nação, contudo, existe um consenso entre as teorias da área de produção de conhecimento no que diz respeito ao tratamento do fenômeno como uma invenção da modernidade. Entre as concepções divergentes, resume-se o foco teórico em duas partes: uma carregada de perspectiva objetivista, em que se situam a língua comum, a etnicidade, a religião como elementos formadoras da nação; a outra é dominada de perspectiva subjetivista, em que se emprega a ideia de nação como

uma construção imaginada, ou seja, uma comunidade imaginada, carregadas de símbolos representativos através do discurso construído partindo do pressuposto de promover a unidade e controlar a vida social, sobretudo no século XVIII.

Para Benedict Anderson (1983), o conceito de nação é uma ilusão da modernidade. Na sua concepção, a nação não é algo natural, ela é uma construção socialmente imaginada por pessoas que se percebiam a si mesmas como parte de um grupo.

[...] num espírito antropológico proponho a seguinte definição da nação: é uma comunidade política imaginada- e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. [...] é imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão (ANDERSON, 1983, p.25).

Ainda, ele argumenta que as comunidades, ou seja, as nações se distinguem pela forma como são imaginadas. Neste sentido, em vários lugares o tratamento do conceito de nação se converge dependendo do tratamento e a cosmovisão daquele povo.

Em uma visão crítica ao capitalismo, Ernest Gellner (1989, *apud* JOSE CARLOS REIS, 2006, p.12) aponta para ideia de que o Estado antecede o espírito nacionalista, sendo que, o nacionalismo é o alicerce que dá suporte ao Estado. Nesse contexto, seria imprescindível a criação da ideia de nação e tornar a população homogênea afim garantir o progresso do capitalismo.

[...] na verdade, foi o ‘nacionalismo’ do Estado que criou nações e não o contrário. O nacionalismo foi uma ideologia criada para a construção e a consolidação do poder do Estado, sendo necessária ao desenvolvimento capitalista. Na Europa do século XIX, o desenvolvimento capitalista foi comandado por unidades nacionais: o capitalismo francês, o inglês, o alemão. As economias eram nacionais e o nacionalismo servia ao fortalecimento e à expansão dessas economias (GELLNER *apud* REIS, 2006, p.12).

Já, por seu lado, Eric Hobsbawm (2013), numa visão próxima ao do Gellner (1989), vê o espírito nacionalista como a gênese da nação e não o contrário. Além de não encontrar uma definição exata, compreende que a nação é um discurso historicamente recente que é passível de mudanças e que, portanto, seria enganosa assumir uma postura do que seria uma nação, mas a priori necessita de uma análise a partir de suas conjunturas. Para isso, é oportuno analisá-la em todos fatores.

As nações são do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de

baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas [...] as nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências (HOBBSAWM, 2013, p. 18-19).

Ainda o autor sustenta que, foi na tentativa de encontrar elementos que justificam a existência de uma nacionalidade, vários fatores estavam em jogo “frequentemente foram feitas com bases em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, território comum, a história comum, os traços culturais comum e outros mais”. Ou seja, nos séculos XVI e XVII o conceito de nação não tinha um viés político atrelado ao Estado. Pois a palavra era associada a grupos ou comunidades que se diferenciavam dos outros grupos através das questões culturais e linguísticas.

Segundo Renan (1997, *apud* RODRIGUES, 2014, p.14), distantemente da raça, da religião, da língua, da geografia, necessidades militares. A nação seria procedente, isto é, da vontade comum no presente do esquecimento da violência originária de todas as nações e da valorização de uma glória comum, herança do passado. Mais do que um consenso, base de um contrato social moderno, esta última característica, para o autor, faz da nação “uma alma, um princípio espiritual”

Pedro Borges Graça (2005) nos oferece uma definição ampla nos termos de compreensão do conceito como algo polissêmico de difícil universalização, isto é, possui característica geohistórica (histórica e sociológica) e político-jurídica, que por esse motivo seria difícil fixar uma definição correta que corresponde com todas as realidades. Mas não descarta a possibilidade de enquadrar os termos a partir de uma definição operacional elaborada para aclarar a percepção da realidade.

[...] uma definição de nação como o tipo ideal de um sistema de relações sociais caracterizado pela convergência de factores objectivos e subjectivos que estruturam e dinamizam uma situação de homogeneidade, ainda que parcial, assente na identidade cultural e na consciência nacional, isto é, na síntese de elementos culturais que conferem identidade e unidade a um conjunto de indivíduos, grupos e instituições, diferenciando-o de outros que estão para além das fronteiras do Estado, e na noção que os indivíduos têm de pertencer a esse mesmo Estado compreendendo o estatuto e o papel deste no sistema das relações internacionais (GRAÇA, 2005, p.23).

À luz desta definição, possibilita-nos um caminho para entender a complexidade nas interpretações do conceito de nação além de uma realidade. Assim, dá-nos a margem de perceber o quanto o fator cultural se acentua sob a narrativa que confere uma identidade a um sistema de representação empregado pelo Estado moderno como identidade nacional.

4.3 Conceito da Identidade Nacional

Na perspectiva do teórico Renato Ortiz (2006), a identidade nacional estaria profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado. Ele argumenta que não existe, assim, uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. Isto significa que a identidade nacional é sempre conjugada com outras identidades de outro tipo embora se sobrepõe a estas.

Partindo do pressuposto de que a identidade são construções simbólicas abstratas que carecem de objetividade, segundo Ortiz (2006), a “identidade nacional é uma construção de segunda ordem que dissolvem a heterogeneidade da cultura popular na univocidade do discurso ideológico”. Isto é, são categorias projetadas por uma ideologia configurada a partir dos agentes.

Ao colocarmos a identidade como um elemento de segunda ordem, estamos implicitamente nos referindo aos agentes que a constroem. Se existem duas ordens de fenômenos distintos, o popular (plural) e o nacional, é necessário um elemento exterior a essas dimensões que atue como agente intermediário (ORTIZ, 2006, p.139).

Para este autor, como sendo uma construção histórica existente de uma forma minuciosa atrás dos interesses dos grupos que estão por detrás, molda sentimento de forma individual para uma totalidade. Como é observado, “A cultura enquanto fenômeno de linguagem é sempre passível de interpretação, mas em última instância são os interesses que definem os grupos sociais que decidem sobre o sentido da reelaboração simbólica desta ou daquela manifestação” (ORTIZ, 2006, p.142).

Com isso, Stuart Hall (2006) vê objetivamente para culturas nacionais como modelos da estrutura moderna, em que passamos por um processo de formação e transformações tendo em vista que somos ensinados a incorporar ideias no interior das representações.

Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte da nossa natureza essencial (HALL, 2006, p.47-48).

Segundo Anthony Smith (2000), o projeto nacionalista tem sido construído e estruturado numa política moderna do Estado, ele destaca a importância e o desempenho das elites intelectual no processo de afirmação da herança de identidade nacional.

A linguagem e o simbolismo nacionalistas começam como um fenômeno de elite, no qual os intelectuais desempenham um papel preponderante. Um vigoroso programa de socialização política, realizado através dos sistemas de comunicação e de educação pública de massas foi essencial para o Estado configurar a nação moderna em conjunto com (e no contexto de) outros processos. Assim é que a ‘nova concepção da nação foi criada para servir como estrutura espaço-temporal de ordenação do caos e para dar significado ao universo, ao prender aspirações e sentimentos de massa pré-modernos a laços locais e familiares’ (Smith, 2000, p.103).

Sendo assim, Anderson (2005) não só destaca o papel dos intelectuais na construção simbólica da ideia de nação, como também realça a importância das imprensas na divulgação do que ele vai chamar de capitalismo editorial.

O desenvolvimento da imprensa enquanto mercadoria seja crucial para criação de ideias inteiramente novas acerca da simultaneidade. [...] porque adquiriu a nação tanta popularidade dentre as comunidades deste tipo? Os factores em causa são, obviamente, complexos variados, mas há fortes razões para conceder a primazia ao capitalismo (ANDERSON, 2005, p.65).

Ainda, o autor enfatiza o papel desempenhado pela cultura escrita e pela imprensa na construção, narração e difusão do sentido da nação. “É justamente entre essa parte da camada letrada, capaz de – e disposta a – produzir representações escritas (ou iconográficas), que se encontra certo sentido de missão (autoatribuído) para instituir, despertar ou resgatar a identidade nacional” (ANDERSON, 2008 *apud* MORENO, 2014 p.21).

De acordo com Ernest Gellner, (1993, *apud* MORENO, 2014), a ideia de identidade nacional é uma construção projetada a partir do Estado através das pequenas elites que se encontram no poder com intuito de juntar a política a uma identidade cultural sobretudo no século XIX. Essas correspondências são feitas com base na implantação de um sistema educativo e de comunicação de massa capazes de unificar a língua e difundir certo padrão de uma cultura de elite

4.4 Construção da Nação e Identidade Nacional Guineense

Segundo Cande Monteiro (2013, p.208), “o nacionalismo Bissau-guineense ganhou o seu auge a partir de década de 1950, com efervescência dos movimentos contestatórios, rubricados sob vários vertentes, sobretudo a cultural”. Ainda afirma que, quase em todo continente africano, a década de 1950 foi marcada por intensas reivindicações nacionalistas que constituíram as etapas decisivas do nacionalismo com vistas à independência. A partir dessa

lógica, em diálogo com a afirmação de Hobsbawn (2011), onde se compreende que o nacionalismo antecede a nação, isto significa que as nações deram origem aos Estados, pois nessa esfera, observa-se no contexto da maioria dos países africanos o espírito nacionalista surgiu a partir de um propósito de libertação do domínio colonial. É importante frisar que na Guiné-Bissau, antes da colonização, não existia a nação no sentido de Estado-nação; o território era ocupado por grupos étnicos fragmentado por todo país com suas línguas e culturas e modos de vida próprias.

Neste enredo, a presença colonial em África transformou o modo de vida e as estruturas sociais presentes na época criando assim, desintegração entre as populações numa espécie de dividir para reinar. No entanto, as formas administrativas adotadas pelos colonizadores eram muito exploradoras e abusivas, a vida dos nativos era muito precária a vontade de se libertar era maior. Dessa forma, o colonialismo forjou a consciência da unidade nacional nos países africanos com base no pressuposto de eliminar o inimigo e de alcançar a liberdade autonomia e independência. Deste modo a sociedade bissau-guineense não fuja dessa lógica. Conforme Comblin (1965 *apud* CANDE MONTEIRO, 2011) salienta que:

[...] a colonização foi um catalisador de nacionalismo. Difundiu ideias, do modelo nacional nos países que antes tinham poucos contatos com as nações ocidentais multiplicou os pontos de encontro. E pela ocupação militar e dominação política, a colonização estimulou o desejo de independência. Os intelectuais firmaram-se para a vontade nacionalista que queriam despertar, no ódio aos colonizadores e a dominação estrangeira. Este fator também foi um catalisador de nacionalismo (COBLIM, 1965, *apud* CANDE MONTEIRO, 2011, p.218).

Mediante a situação de desconforto que o colonialismo impõe era de se esperar manifestações e resistências de grupos organizados com base num ideal projetado, segundo Lopes (1989) & handem (1986, *apud* CANDE MONTEIRO, 2013, p.221) mostram que “De fato, o PAIGC defendeu a prévia existência da nação como modo de justificar a luta de libertação nacional e que depois da independência uma nova forma do Estado nacional teria sido elaborada perante uma nova realidade social”.

Sendo assim, o espírito nacionalista, ou seja, a iniciativa de criação de movimentos de resistência surgiu com os ditos “*cristsons de praça*” nascendo os primeiros movimentos urbanistas que viabilizaram as formas de resistências contra opressão colonial. Estes eram considerados os mais esclarecidos súditos de poder colonial com conhecimento do nível superior. Sabe-se que na Guiné-Bissau, assim como nas outras ex-colônias portuguesas, o conceito de nação como espaço político unificado sob interesses comuns nasceu na emergência

da desocupação colonial; a presença colonial era concebida como uma “ameaça” aos interesses políticos dos africanos. “É oportuno salientar que a reivindicação do nacionalismo bissau-guineense reside, a priori, na busca de igualdade de direitos na conquista de liberdade, que está no bojo de uma identidade negada pelos colonialistas” (MONTEIRO, 2011, p.212). Neste esboço anticolonial surgiram resistências que culminaram com a criação de uma frente de libertação política que unia todas as etnias para o combate ao sistema.

Na Guiné-Bissau o grande idealizador do nacionalismo e da identidade nacional guineense foi o Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sendo projetado pelo líder fundador do partido e intelectual, Amílcar Cabral. Este, que no seu olhar, não via grandes problemas para a unificação do povo mesmo com a diversidade étnica existente no país, mas observava que isso poderia tornar um problema caso fosse explorada pelos inimigos do povo. Para isso, seria interessante na sua perspectiva, a elaboração de uma unidade cultural nacional que não pressupõe a eliminação de outros níveis de identidade. Pois, isto se faz precisamente pelo reconhecimento e pela emancipação dos critérios culturais locais. Sugeriu o desenvolvimento, em primeiro lugar, “de uma cultura popular, e de todos valores culturais positivos autóctones” e, em segundo lugar, “de uma cultura nacional na base da história e das conquistas próprias da luta (CARLOS LOPES, 2011, p.89).

No entanto, a questão da cultura estava no centro da atenção na unidade de um país etnicamente diversificado como forma de unir as forças de toda a população contra os colonizadores em nome da nação. Para tal, era necessário criar uma política que aglutina o sentimento de pertencimento a um determinado território e conseqüente forjar a consciência nacional.

[...] é (n)a cultura que o movimento de libertação nacional vai buscar o seu fundamento, e é da capacidade dos povos para preservarem a sua identidade cultural que vai receber o seu élan e a sua determinação. Cabral demonstra que a negação do processo histórico da sociedade dominada, é necessariamente a negação do seu processo cultural. Finalmente a luta mantém no decurso do seu processo relações de reciprocidade com a cultura: desde a escolha, a estruturação e o desenvolvimento dos métodos mais adequados para a luta, até a atitude e ao comportamento de cada categoria ou de cada indivíduo face a luta e ao seu desenrolar. (CABRAL *apud* CANDE MONTEIRO p.218)

Assim sendo, a questão cultural foi usada para contornar a distribuição política criada pelo Estado colonial como ideologia de desintegração dos chefes nativos dos grupos étnicos fazendo estes oporem-se entre si. Dessa forma, a luta de libertação nacional perspectiva criar ideologia que permite o consenso e solidariedade entre os grupos étnicos que darão o surgimento ao novo Estado nação. Descreve Cande MONTEIRO, 2011, p.217). a “cultura foi

fundamental na construção de novas relações sociais, sedimentada através da unidade entre distintos grupos étnicos, que passaram a se identificar ou se reconhecer através da partilha de um símbolo de representação comum: o movimento de libertação para a independência nacional”

Nessa conjuntura os líderes nacionalistas africanos preocupam-se com a unificação dos movimentos de libertação como prioridade para conquista das independências dos seus respectivos países, tendo na cultura “o elemento que vai sustentar e dar forma a todo o processo de libertação nacional, traçando balizas para a transformação das velhas divergências étnicas num único movimento que visava à construção coletiva de políticas com vistas à edificação do Estado nação soberano” (CANDE MONTEIRO, 2011, p.210). Ainda persiste a sua argumentação,

[...] a identidade nacional proposta pelo líder nacionalista bissau-guineense foi modelada com base nas diversidades étnicas rubricadas em unidades, a fim de vencer as distinções dos costumes, tradições, e impor uma unidade cultural, forjando a consciência nacional que visava superar a dominação cultural e colonial (CANDE MONTEIRO, 2011, p.210).

Augel (2007) descreve a importância dos autores, músicos, poetas no desejo, ou seja, no impulso para dar forma a uma futura nação, isto é, produzindo poemas e músicas que estimulavam sentimentos e amor a uma unidade nacional elaboradas em língua crioula contribuindo assim, para a concretização do ideal revolucionário desta unidade. Uma língua resultante do processo de colonização que acabou ganhando sua expansão durante luta de libertação sendo considerada a língua da unidade nacional.

Esta cultura crioula para Christoph Kohl (2001) constitui um dos elementos que compõe da massa de unificação e interligação entre as fragmentações étnicas, dado que serviu de base para a superação de diversidade linguística e de certa forma importante na construção de nação, dado que sua origem é heterogênea serve como suporte de comunicação entre os grupos, e ainda foi fundamental para o movimento nacionalista na mobilização da população.

A cultura e identidade crioulas na Guiné-Bissau podem, portanto, ser consideradas como um microcosmo da nacionalidade pós-colonial, ou como uma nação “em miniatura”. Em virtude de não ser ela atribuída a nenhum grupo étnico específico, as representações culturais crioulas provaram-se adequadas a uma expansão por todo o país (KOHL, 2001, p.47).

Percebe-se que a experiência armada contribuiu para a criação de um sentimento de pertença, ou seja, toda a sociedade em geral compartilha os mesmos sentimentos da unidade nacional baseado na pertença do mesmo território. Para tanto, a cultura da língua crioula foi

essencial na medida em que quebra as barreiras étnicas e propõe a interligação mesmo com a heterogeneidade dos grupos étnicos que hoje se vive na solidariedade, enraizado num passado comum de luta de libertação nacional, construindo desta forma a memória coletiva de viver e lutar juntos como uma nação.

4.5 Estado em quanto impulsionador da Identidade Nacional Guineense

O Estado para muitos é uma entidade abstrata e jurídica criada pela sociedade, que visa zelar para o interesse comum, orientando a sociedade através da regulamentação das normas com o objetivo de controlar a vida provendo a coesão social dos indivíduos dentro da sociedade para facilitar o modo de produção.

Segundo Darcy Azambuja (2008), compreendem-se algumas variações na forma de entender o termo Estado. Para ele, o Estado não é imutável, é o resultado das formas da dinâmica social, ou seja, uma política da sociabilidade, dando, assim, as margens para sua transformação no tempo e no espaço. Como ele coloca sobre a evolução do termo,

Os gregos, cujos Estados não ultrapassavam os limites da cidade, usavam o termo *pólis*, cidade, e daí veio política, a arte ou ciência de governar a cidade. Os romanos, com o mesmo sentido, tinham *civitas* e *reipublicae*. Em latim, status não possuía a significação que hoje lhe damos, e sim a de 'situação', condição'. Empregavam os romanos frequentemente a expressão *status reipublicae* para designar a situação, a ordem permanente da coisa pública, nos negócios do Estado. Talvez daí, pelo desuso do segundo termo, tenham escritores medievais empregado *status* com a significação moderna (AZAMBUJA, 2008, p.22).

Ainda, para este autor, o Estado é uma entidade política e jurídica que possui um território delimitado com legitimidade própria para gerenciar o bem estar público.

Neste ensejo, Azambuja (2008) enfatiza três elementos constituintes de um Estado dentre os quais a ausência de um significa a inexistência do Estado, pois só com a concordância dos três elementos surge um Estado. “Isolando do conceito de Estado uma série de noções acidentais ou secundárias, verificar-se-á a permanência de três elementos essenciais: uma população, um território e um governo independente, ou quase dos demais Estados” (AZABUMJA, 2008, p,34). Norbert Bobbio (2000) também aponta a designação desses três elementos constituintes de um Estado, no qual situa três elementos, tais como: povo, território e soberania. Oferecendo uma definição corrente e autorizada, o Estado é “um ordenamento jurídico destinado a exercer o poder soberano sobre um dado território, ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes” (BOBBIO, 2000, p.94).

Na concepção Weberiana sobre o Estado, percebe-se que é aquele que perdura sob a forma de empresa ou associação política, isto é, numa perspectiva institucional reclamando o monopólio através dos meios de coação legítima sobre uma determinada população de um território. É a dominação sobre parâmetro do uso da força física, ou seja, o Estado é a relação de dominação do homem sobre homem.

Uma empresa com caráter de instituição política denominamos Estado, quando em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes. Uma ação social, e especialmente a de uma associação, é 'politicamente orientada' (WEBER, 2012, p.34).

Percebe-se que essa concepção do Estado em Weber (2012) não foge de uma relação de dominação em que existe uma forte tendência de obediência na qual os dominados se submetem a uma autoridade estabelecida pelos dominadores por meio das suas instituições administrativas.

Partindo desse pressuposto de monopólio do poder ou de subordinação, Pesavento (2003, *apud* Andrade 2010, p. 06) afirma que o “Estado é aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crê sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças”.

A partir dessa lógica, compreende-se que o Estado, além de ter um poder coercitivo, é a principal entidade na formulação, ou seja, na construção da identidade nacional no sentido de que ele busca encontrar mecanismos para criar sentimentos de pertença e da consciência nacional, homogeneizando assim os interesses da sua população a fim destes tornarem-se submissas à sua ideologia. É neste sentido que Hobsbawm (2008) elege a educação primária e os meios de comunicação como instrumentos para a difusão e propaganda que promulgam os interesses Estatais em criar sentimentos de pertença cultural e da consciência nacional.

Por esses meios (imprensa, cinema e rádio) as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogenizadas e transformadas quanto, obviamente podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados (HOBSBAWN, 2008, p. 170).

Apesar de o Estado ser fundamental na construção de identidades, isto não quer dizer que o povo se submete a tudo, tanto o Estado quanto ao povo são importantes nesse processo, no qual se acredita que existe uma certa negociação para a legitimação identitária. “Apesar de o Estado carrega um instrumento de criação de consciência nacional, mas são o povo que escolhe o que deveria ser compartilhado”. Conforme observa Iara Andrade (2010, p.10), o

“Estado foi certamente um dos integrantes mais ativos na formulação de identidades, porém isso não significa que o povo se submeteu a tudo o que a elite governamental propunha. Toda representação pressupõe, consentimento, ou seja, era o povo quem legitimaria ou não os projetos de identidade nacional”.

4.6 Mídia Na Construção De Identidade Nacional Guineense

Obviamente que a modernidade produziu um novo mundo, hoje em dia, é difícil negar a influência que os órgãos midiáticos de massa têm nas nossas vidas. Porém, a mídia constitui um capital simbólico na captação e na criação de imagens, representações e saberes carregadas de ideologias que contém um poder de persuasão sobre as pessoas à medida que retrata e constrói a realidade, sendo, assim, um importante instrumento da mudança social e comportamental na sociedade em que atua sob a forma de controle social.

A comunicação pode ser entendida aqui como um exercício de troca de informações em que as partes envolvidas acabam sendo influenciadas, ou seja, a mente de um pode ser afetada pela informação do outro. Deste modo, somos diariamente “bombardeados e envolvidos por informações, através de imagens e sons que, de uma forma ou de outra, tentam criar, mudar ou cristalizar atitudes ou opiniões nos indivíduos. É o efeito dos meios de comunicação de massa (MCM) em nossas relações sociais” (ALEXANDRE, 2001, p.113).

Vale destacar que:

a comunicação existe desde que os primeiros signos – gestos, sons, grunhidos, palavras, desenhos, escrita – surgiram. Mas somente a partir do surgimento de veículos, que é o ambiente básico do profissional de mídia, é que a atividade publicitária emergiu e se desenvolveu até o patamar técnico atual” (NAKAMURA, 2009).

Neste sentido, de acordo com as conceituações, a mídia é compreendida como suporte de todo e qualquer meio de difusão de informações, ou seja, veículo ou canal utilizado para a transmissão de uma informação ou de um determinado conhecimento, seja benéfico ou adverso através de meios de comunicação de massa, impresso ou eletrônico: rádio, televisão, jornais, revistas etc. (NAKAMURA, 2009).

De acordo com de Cademartori, & de Menezes Neto (2013), o termo “mídia” é proveniente da origem latina e posteriormente foi adequado a outros vocábulos.

Essa palavra, derivada do latim ‘*medium*’, segundo o ‘Merriam-Webster Dictionary’, significa, quando utilizada no plural, os membros da ‘*mass media*’, ou seja, ‘dos meios

de comunicação (jornais, rádio ou televisão), designados para alcançar as massas'. No mesmo sentido, o 'Cambridge British English Dictionary' informa que a palavra *media* abrange 'jornais, revistas, rádio e televisão quando considerados como um grupo'. Como a língua inglesa, salvo no caso dos pronomes, não trabalha com gêneros gramaticais, adotou-se, neste trabalho, o gênero feminino, assim como ocorre com a palavra homófona "mídia", já comum no idioma pátrio. Observe-se que, ao contrário desta, capaz de ser empregada para designar os suportes físicos de difusão de informações, a palavra escolhida – *media* – é utilizada no inglês exclusivamente para se referir ao conjunto de veículos que compõem os meios de comunicação de massas (DE CADEMARTORI & DE MENEZES NETO, 2013, P.118).

Sendo assim, o termo é meio complexo dentro da comunicação social, pois, ele é utilizado de diversas formas de acordo com o contexto, ou seja áreas de estudo, fazendo assim, parte da esfera pública do nosso dia a dia oferecendo canal para a difusão e propagação da mensagem para o público alvo em massa. Nessa perspectiva, no campo empresarial a mídia é concebida como um poder de estratégia e de marketing na comunicação e planejamento relacionando a agência de publicidade com a veiculação de mensagem do interesse do anunciante para os fins do mercado.

Além de integrar-se totalmente com a área de marketing, envolve-se também na criação de peças. De um lado é o marketing que vai levantar as oportunidades e dificuldades do mercado, as fraquezas e os pontos fortes do produto e do anunciante. De outro lado, é a criação que vai desenvolver a forma e o modo de comunicação que resolva parte ou todo o problema. De qualquer maneira, é a mídia quem vai determinar como essa mensagem vai chegar ao público-alvo (NAKAMURA, 2009, p.31).

No entanto, ao longo dos tempos, o denominado hoje mídia passou por diversos processos de desenvolvimento que não podem ser desassociados a mudanças do comportamento humano e do próprio desenvolvimento econômico das sociedades, que possibilitaram sua transformação. Assim sendo, os jornais, livros, assim como as revistas a seu modo transformaram a civilização e, de certa forma, moldaram a esfera pública, conseqüentemente modificaram a cultura.

Os meios de comunicação sofreram uma enorme modificação desde o seu surgimento. A evolução tecnológica trouxe uma forma mais segmentada para os anunciantes dirigirem-se ao público alvo. E este, por sua vez, tem mais acesso e facilidade à informação com opções de melhor imagem e programação diferenciada e, através da *internet*, há uma liberdade maior entre os meios de comunicação (BARBARA CARIÇO *et al* 2012, p.04).

Notoriamente, o advento dessa revolução tecnológica torna a difusão de informações e propagandas midiáticas cada vez mais eficazes, e é de consenso de vários autores que atuam

nesse campo de estudo sobre a sua influência no meio social. Portanto a mídia tem um caráter manipulador que persuade o público através de elementos simbólicos que esconde atrás dela.

Conforme Silva & de Barros Santos (2009),

A mídia é uma arma poderosa vertical e concentrada nas mãos daqueles que controlam o fluxo de informações, ‘os detentores do saber’; como agente formador de opiniões e criador-reprodutor de cultura, a mídia interfere, forma e transforma a realidade, as motivações, os modos de pensar e de agir do homem. Comprometida com sua defesa de interesses, no intuito de fabricar a representação social mais convincente, munida de uma condição valorativa, posiciona-se de maneira ideológica, tomando partido daquilo que é mais interessante e lucrativo a seus olhos (DA SILVA & DE BARROS SANTOS, 2009, p.03).

Ainda, acrescentam que:

A força midiática é notória naquilo que divulga e no que silencia. Sua eficácia também é vista no serviço de ‘inculcar idéias’, com o utilitário de fazer com que o mundo pareça ser o que vemos nas capas das revistas, telas da televisão ou do computador. Tal dominação se dá por meio de um sistema de linguagens verbais e não-verbais, composta de símbolos e signos (DA SILVA & DE BARROS SANTOS, 2009, p.03).

A partir desse olhar sobre a mídia, compreende-se que a sua influência interfere nas nossas realidades, de modo que ela acompanha e molda nossos interesses e desejos, e se transforma numa das instituições de comunicação cuja importância no meio social é vital na formulação de opinião capaz de estrategicamente ser consumido e reproduzido. Desta forma, ela proporciona “cultura para milhões de pessoas, permitindo ao homem médio dispor de uma riqueza de informações, nunca antes vista, divulgando obras culturais a preços muito baixos.” [...] Difunde uma cultura homogênea, destruindo as características culturais de cada grupo etário (ALEXANDRE, 2001, p.115). Neste contexto, a sua vasta audiência em curto espaço de tempo, faz dela um instrumento importante na produção de subjetividade e interações social. Daí que, a sua atuação é vista como indispensável na formulação da ordem e coesão social sobretudo no reforço dos valores que perspectivam o controle social. Entretanto, “a televisão coloca-se como a principal alternativa à leitura como forma de disseminar o conhecimento de nosso passado e nossa herança cultural” (LINS, 2001, p.06). A partir desta perspectiva, segundo Giddens (2012, p.521) “a televisão tornou-se ubíqua e está tão arraigada na rotina da vida cotidiana que a maioria das pessoas simplesmente considera uma parte integral da vida social”. Conforme explica Silverstone (1994 apud GIDDENS, 2012, p.521).

A televisão nos acompanha quando acordamos, quando tomamos o café da manhã quando tomamos nosso chá da tarde e bebemos em bares. Ela nos conforta quando estamos sós. Ajuda-nos a dormir e nos dá prazer. Ela nos aborrece e, às vezes, nos desfia. Nos proporciona oportunidades para sermos sociáveis e solitários. Embora, é

claro, não tenha sido sempre assim, e embora tivéssemos que aprender a incorporar o meio em nossas vidas, hoje consideramos a televisão como algo totalmente básico.

Sendo assim, acreditamos que não só a televisão da Guiné-Bissau enquadra nessa lógica da produção de novos sentidos, crenças, valores coletivos, novas relações interativas de modo de ver e estar numa determinada cultura mas também, todo o aparato midiático criado antes dele sobretudo no período que constitui o ponto crucial para identidade bissau-guineense neste caso queremos referir a **Rádio Libertação** e **Jornal Libertação**. Esta primeira (rádio libertação) que acabou mexendo com todo aparelho político e administrativo colônias por meio da sua propaganda na luta ideológica como cauciona Lopes (2015) as emissões experimentais da rádio libertação teve início em 1964 com um camião emissor colocada na fronteira sul com vizinha Guiné-Conacri pelo PAIGC “dirigidas em português e crioulo, aos seus militantes em particular a população em geral. Sendo o crioulo, a língua mais utilizadas nas antenas ganhou uma nova dimensão, passando a ser a língua do debate político, e da comunicação” (LOPES, 2015, p. 41). De acordo com este autor, a rádio libertação passou a dispor de programas de caráter político, cultural, educativo e de entretenimento, que englobava músicas de artistas guineense gravadas pelos operadores e técnicos em espaços improvisados isto é, no período de 1967 com o estúdio instalado em Guiné-Conacri quando passou a emitir regularmente e só deu o fim da sua emissão com o reconhecimento da independência a 10 de Setembro de 1974.

Já o segundo diz respeito a Jornal Libertação, foi criada quatro anos depois da fundação de PAIGC, no dia 1 de Dezembro de 1960 e tinha o objetivo de levar informações aos militantes como é descrito pelo Lopes (2015) numa menção ao discurso de Amílcar Cabral dirigida à primeira Conferência de Jornalistas Afro-Asiáticos, realizada em abril de 1963, em Jakara, onde dizia o seguinte: “... é o nosso jornal, aquele que o nosso povo lê na clandestinidade... e que leva as informações, como os pontos de vista dos nossos responsáveis e militantes”. (LOPES, 2015, p. 41-42). Posteriormente foram criadas outros jornais que têm objetivos similares que é de levar a ideologia do partido aos seus militantes e a população.

4.7 Televisão da Guiné-Bissau

Segundo Lopes (2015) a instalação da televisão da Guiné-Bissau é o resultado de acordo datada de 19 de Outubro de 1987, entre os governos guineense e portugueses. Uma vez que, havia três proposta do projetos submetidas a autoridades de Bissau na qual constava (um

cubano, um francês e um português) este último que acabou sendo escolhido e implementado por parecer o mais completo. O projeto português consistia em duas fases: a primeira visava formar os primeiros quadros e técnicos da futura Televisão do País no Portugal sob a orientação de professores universitários e formadores da RTP, e também esta primeira fase contava com a instalação e receção. A segunda contemplava, também, a construção de uma rede comunitária e respectivas infraestruturas e a contratação de 300 recetores comunitários espalhados pelo país, o que não foi concretizado. Ainda o autor salienta que, houve várias tentativas de reestruturação, a cada vez que o governo mudava a Direção. Começou por ser TVE-GB (Televisão Experimental da Guiné-Bissau), passou a RTGB (Radiotelevisão da Guiné-Bissau) sendo atualmente designada por TGB (Televisão da Guiné-Bissau). De início, a informação resumia-se a um telejornal às 21H00, com notícias nacionais produzidas pelos serviços de informação guineense e internacionais fornecidas pela RTP.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é um ato de buscar respostas às indagações propostas a fim de compreender de certa forma a realidade, promover o desenvolvimento científico, social e cultural. Neste sentido, sendo um importantíssimo meio para a investigação científica, ela possibilita a geração de novos conhecimentos. Com base nisso, o nosso objetivo é compreender o papel da televisão pública da Guiné-Bissau na construção da identidade nacional a partir dos seus programas televisivos. Tendo em vista esta problemática, observamos que é necessário uma abordagem metodológica que compreenderá a pesquisa qualitativa. Por este método nos proporcionar um campo de análise mais amplo através do qual, o nosso trabalho procura alcançar o seu objetivo da investigação. Deste modo, para Marconi & Lakatos (2010, p.268) “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento”.

Neste sentido, o nosso trabalho de pesquisa será realizado com base em três procedimentos metodológicos: o primeiro envolve a revisão da literatura da qual me possibilitou recolher certas informações teóricas através dos livros, teses, dissertações, artigos etc.; que discorreram sobre esse assunto. Sendo esta primeira etapa indispensável na compreensão dos próximos procedimentos metodológicos. Desde já que Antônio Joaquim Severino (2010) esclareceu que, a pesquisa de natureza bibliográfica é aquela que se faz por meio de fontes já existentes, ou seja, é uma visita dos matérias já elaborados por outros autores. Do mesmo modo, para Marconi & Lakatos (2011), a finalidade da pesquisa bibliográfica tem a pretensão de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto. Para Gil (2010, p.30) a maior “vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir o investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia investigar diretamente”. Pois, com essa técnica de pesquisa irá nos proporcionar uma gama de informações que dizem respeito às contribuições sobre debates e reflexão em volta dessa temática, o que nos ajudará na compreensão de forma mais ampla e sutil do nosso objeto.

Em segundo momento, realizaremos pesquisa empírica em que objetivamos ir ao campo com a finalidade de acolher os dados isto é documental, que irá nos possibilitar a obtenção das fontes primárias que não sofreram qualquer tipo de tratamento. Este procedimento, é muito indispensável para a nossa investigação, na medida em que irá nos fornecer elementos que servirá de complemento de informações provenientes de outras

técnicas. Documentos estes que pretendemos encontrar nos arquivos dessa instituição (TGB) seja no seu portal eletrônico, como no trabalho de campo tais como: documentos da legislação jurídica desse órgão, com intuito de compreender normas e funcionamento e a sua estrutura organizativa. Segundo Gil (2008, p.51), esse tipo de “pesquisa documental é entendido como uma fonte interna da organização na qual essas matérias não recebam qualquer tipo de tratamento analítico e ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

No terceiro momento, realizaremos entrevistas semiestruturada no campo com sujeitos de pesquisa que neste caso serão fontes diretas. Entre esses informantes/entrevistados, escolheremos: gestores da TGB, alguns funcionários da área de programações e apresentadores dos programas (principalmente programas de natureza cultural), também representante do Estado pelos assuntos culturais (Ministério da cultura). Por outro lado, faremos entrevistas com o público telespectador de uma forma seletiva com base no critério de idade: sendo nove (9) adolescentes de idade compreendida de 15 à 17 anos, nove (9) jovens entre 18 à 44 anos e nove (9) idosos entre 45 à 65 anos de idade. Tendo consciência que esse número é insuficiente para compreender os impactos da audiência, mas entendermos que é uma pequena parcela que pode nos dar noção de como esse se efetiva na sociedade. Os resultados serão alcançados na base de uma amostra dos públicos selecionados. Para isso, Marconi & Lakatos (2010), descrevem a entrevista como um ato de conversa oral entre duas pessoas na qual todos têm objetivos, e os seus papéis podem modificar de acordo com o tipo de entrevista. Neste sentido, segundo elas a entrevista semiestruturada é “quando o entrevistador tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão” (MARCONI & LAKATOS, 2010, p.279).

As entrevistas serão feitas através de gravação de áudio e depois transcrita no diário de campo de uma forma separada de acordo com a descrição dos nossos sujeitos, enfim, fazer análise destas. Sendo assim, o levantamento de dados para nossa pesquisa será feita a partir dos procedimentos acima citadas, e os dados serão agrupados separadamente de acordo com as divisões de secção do nosso trabalho de modo a facilitar a sua interpretação e organização do texto.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, 2001, v. 6, n.17, p.111-125.
- ANDERSON, Benedict; BOTTMAN, Denise. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Editora Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict; MIRA, Catarina. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. 2005.
- ANDRADE, Iara; GELLNER, Ernest. Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional. **REIS**, p. 10, 2006.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do Escombro: noção identidade e pós colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Gramond, 2007.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Zahar, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BRITTOS, V. C.; GASTALDO, É. (2006). Mídia, poder e controle social. **Revista de Comunicação, Cultura e Política ALCEU**, v.7, n.13, p.121-133.
- LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Unesp, 2012.
- CARRIÇO, Bárbara et al. Novos meios de comunicação. **Revista Eletrônica de Comunicação**, v. 6, n. 1, 2012.
- SILVA, Ellen Fernanda Gomes; SANTOS, Suely Emilia Barros. **O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade**. 2009. e-mail
- De Cademartori, D. M. L., & de Menezes Neto, E. J. (2013). **Poder, meios de comunicação de massas e esfera pública na democracia constitucional**. Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, v.34, n.66, p.187-212.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed.- Porto Alegre: Penso, 2012.
- GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GRAÇA, Pedro Borges. **A construção da nação em África: (ambivalência cultural de Moçambique)**. Almedina, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed., Rio de Janeiro:DP&A,2011.

HOBBSAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade – 6ª ed.**; tradução de Maria Paoli e Anna Maria Quirino. – São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HORTA, José Da Silva. " Nações", marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem. Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). **Varia Historia**, v. 29, n. 51, p. 649-675, 2013.

LINS, Bernardo FE. Rádio e televisão como instrumentos de valorização da identidade nacional. **Brasília: Câmara dos Deputados**, 2001.

LOPES, António Soares. **Os Media na Guiné-Bissau**. Edições Corubal, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONNI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do estado nacional: Conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador.

MORENO, J.C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C.C., LUCA, T.R., and GUIMARÃES, V. (org). **Identities brasileiras: composições e recomposições**. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2014, p. 7-29. Desafios Contemporâneos collection

MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. **Identities brasileiras: composições e recomposições**, p. 7-29, 2014.

NAKAMURA, Rodolfo. **Mídia: como fazer um planejamento de mídia na prática**. São Paulo: Farol do Forte, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. FGV, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo:Cortez , 2017.

SMITH, Anthony D. **Um mapa da questão nacional**. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. (Org.: Gopal Balakrishnan).

WEBER, Max. **Economia e a Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.